

MUNICIPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL

DOUTOR FRANCISCO RODRIGUES DE ARAÚJO, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ:-----

TORNA PÚBLICO, que esta Câmara Municipal em sua reunião de 27.09.2011, deliberou, por unanimidade, a **Resolução de Requerer a Declaração de Utilidade Pública de Expropriação de Parcela de Terreno para a Obra de “LIGAÇÃO ENTRE A PRACETA DE VIRAGEM E A EM 505 - CIMO DE VILA – PORTELA”**, que a seguir se identifica, cujo proprietário **Maria Rodrigues Malheiro**, com residência conhecida em Rua Gonçalves Crespo, nº 12, 2º, São Jorge de Arroios, Lisboa, não foi possível notificar por via postal e necessária à obra de:-----

LIGAÇÃO ENTRE A PRACETA DE VIRAGEM E A EM 505 – CIMO DE VILA – PORTELA – PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DE EXPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA: - Pela Presidência foi apresentada a seguinte Proposta: -----

“No Plano Plurianual de Investimentos do Município para o ano de 2011 consta o objectivo 33136 correspondente ao projecto da empreitada de “**Ligação entre a Praceta de Viragem e a EM 505 – Cimo de Vila – Portela**”. -----

Tendo em vista a execução da referida empreitada, torna-se necessário ocupar uma parcela de terreno, devidamente identificada no processo, e para a qual foi solicitada a avaliação por perito da lista oficial, pelo que, atendendo à urgência, se deverá avançar com a tomada de resolução de requerer a declaração de utilidade pública de expropriação. -----

Nestes termos, proponho que a Câmara aprove, de acordo com o disposto no artigo 10º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei número 168/99, de 18 de Setembro, a resolução de requerer a declaração de utilidade pública da expropriação urgente do bem a seguir indicado, necessário à obra em epígrafe, com os seguintes fundamentos: -----

a) Causa de Utilidade Pública – Trata-se do alargamento de um troço de via com perfil de caminho municipal, que permitirá ligar o caminho existente entre a praceta de viragem, no lugar de Cimo de Vila e a EM 505, a cerca de cem metros, com o objectivo de possibilitar uma ligação contínua entre os lugares, e ultrapassar o estrangulamento actualmente existente no local. -----

- **Norma Habilitante** – O presente pedido fundamenta-se na disposição da alínea c) do número 7 do artigo 64º da Lei número 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugada com o artigo 1º da mesma Lei, que defere a competência à Câmara Municipal para propôr, nos termos da lei, a declaração de utilidade pública, para efeitos de expropriação. -----

b) Bem a expropriar: - Trata-se de uma parcela de terreno, com a área de 16 m2, a destacar do prédio urbano, no lugar de Cimo de Vila, freguesia de Portela, deste concelho, inscrito na matriz sob o artigo 182, descrito na Conservatória sob o n.º 925, pertencente a **Isaura Rodrigues, viúva, e outros, herdeiros de José Rodrigues**, residentes naqueles lugar e freguesia, a confrontar do Norte com a praceta de viragem; do Sul e do Poente com os proprietários, e do Nascente com caminho público. -----

c) Previsão do montante dos encargos a suportar com a expropriação: -----

A previsão dos encargos com a expropriação, que tem por base a quantia que foi determinada em avaliação, de acordo com o relatório efectuado pelo Senhor Eng.º Civil Manuel Veiga de Oliveira, em 26/09/2011, que faz parte integrante desta proposta, é do valor global de **€10.222,77**, assim discriminado: -----

a) Terreno – €542,77 -----

b) Benfeitorias – €9.680,00. -----

Os referidos encargos serão satisfeitos pela dotação orçamental do ano corrente através da rubrica 02/07.01.04.08, na qual têm cabimento adequado, e ficam cativos. ----

d) O previsto em instrumento de gestão territorial para o imóvel a expropriar e para a zona da sua localização: -----

Nos termos definidos no Plano Director Municipal de Arcos de Valdevez, publicado no Diário da República, II Série, nº 237, de 10 de Dezembro de 2007, o terreno onde se localiza a parcela a expropriar está inserida em **solo urbano classificada como “espaço urbanizado - aglomerado estruturante”**. -----

Proponho ainda que seja requerida a posse administrativa da referida parcela, nos termos do artigo 19º do referido Código das Expropriações, de modo a tomar posse administrativa do bem a expropriar, atendendo a que: a) Os trabalhos necessários à execução do projecto da empreitada são urgentes e esta providência se torna indispensável para a prossecução ininterrupta da obra, uma vez que o mesmo terreno não está ainda disponibilizado; b) o imóvel a expropriar se destina à construção de uma nova via rodoviária municipal, a que se aplica o disposto no art.º 103º da Lei nº 2110, de 19.8.1961. -----

Que a presente proposta, se aprovada, seja convertida em “Resolução” e remetida, com o processo devidamente instruído nos termos do Código das Expropriações, ao senhor Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, entidade competente para a declaração de utilidade pública, de harmonia com o artigo 14º, nº 1, do referido Código”. -----

- A Câmara deliberou, por unanimidade: -----

1 - Com base na presente proposta da Presidência, e de acordo com o disposto no artigo 10º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei número 168/99, de 18 de Setembro, aprovar a resolução de requerer a declaração de utilidade pública da expropriação urgente da indicada parcela de terreno, necessária à obra em epígrafe; -----

2 - Requerer a posse administrativa da referida parcela, nos termos do artigo 19º do referido Código das Expropriações, de modo a tomar posse administrativa do bem a expropriar, atendendo os fundamentos acima aduzidos;--

3 – Notificar os proprietários identificados para, nos termos do artigo 10º, nº 5 e do artigo 11º do Código das Expropriações, remetendo proposta de aquisição da parcela, pela via do direito privado” -----

Para efeitos do disposto no artigo 11º nº 2 do Código das Expropriações, aprovado pela Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, venho apresentar-lhes proposta para aquisição pela via do direito privado, da referida parcela, pelo preço de €10 222,77, baseado em relatório de Perito da lista oficial, cuja avaliação foi efectuada em 26.09.2011.-----

Em face do exposto ficamos a aguardar uma resposta de V. Exª no prazo legal previsto no artº 11 nº 5 do Código das Expropriações (30 dias úteis), contando a partir da recepção deste Edital.-----

Em caso de concordância com o montante proposto e para que se possa diligenciar com brevidade a marcação da respectiva escritura, aproveito para solicitar o

envio de fotocópias dos cartões de contribuinte e B.I. dos proprietários, bem como outros elementos que se afigurem necessários, nomeadamente, respeitantes ao terreno.--

Nos termos do artº 11, nº 6, do supra citado diploma, a ausência de resposta confere de imediato a esta entidade a faculdade de apresentar o requerimento para a declaração de utilidade pública.-----

Para constar se publica o presente Edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo.....

E eu,.....Chefe de Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal que o subscrevi.....

Paços do Município de Arcos de Valdevez, em dezanove de Setembro de dois mil e doze.

O Presidente da Câmara,

(Dr. Francisco Rodrigues de Araújo)